



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 461-A, DE 2024 (Do Sr. Eduardo da Fonte)

Institui auxílio destinado à pessoa legalmente responsável por pessoa com deficiência que seja beneficiária de BPC; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação deste e do nº 847/24, apensado, com substitutivo (relatora: DEP. DAYANY BITTENCOURT).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 847/24

III - Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024.

(Do Senhor Eduardo da Fonte)

Apresentação: 27/02/2024 19:07:26.653 - Mesa

PL n.461/2024

Institui auxílio destinado à pessoa legalmente responsável por pessoa com deficiência que seja beneficiária de BPC.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Esta Lei institui o Programa Auxílio Cuidar Mais, que confere um auxílio mensal à pessoa legalmente responsável por Pessoa Com Deficiência – PCD, conforme descrito no art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, que seja beneficiária de Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto no art. 20 da Lei nº 8.072, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 2º. Fica instituído o Programa Auxílio Cuidar Mais, destinado à transferência direta e condicionada de renda à pessoa natural legalmente responsável por uma PCD que seja beneficiária de BPC.

§ 1º O valor do auxílio mensal será de R\$1.000,00 (mil reais), que será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

§ 2º O direito ao recebimento do auxílio previsto nesta Lei cessará por ocasião do óbito da PCD.

§ 3º a pessoa legalmente responsável pela PCD poderá acumular o auxílio previsto nesta Lei com o recebimento de BPC, benefícios previdenciários com renda equivalente a um salário mínimo ou do Programa Bolsa Família.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Art. 3º Para financiar o Programa Auxílio Cuidar Mais, o art. 18 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

*"Art. 18. Fica elevada para **cinco e meio por cento** a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS devida pelas pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998." (NR)*

Art. 4º Os critérios, os parâmetros, os mecanismos e os procedimentos para o recebimento do auxílio previsto nesta Lei serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao do termo final do prazo nonagesimal, a que refere o § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA

Nosso Projeto de Lei é focado na promoção da dignidade humana, na redução das desigualdades sociais e no reconhecimento do papel crucial que os cuidadores desempenham no apoio às pessoas com deficiência.

O cuidado contínuo das PCDs impõe desafios significativos aos cuidadores, muitas vezes limitando suas oportunidades de emprego, educação e participação social das pessoas legalmente responsáveis por elas. Essas responsabilidades não apenas afetam a saúde física e mental dos cuidadores, mas também podem conduzir suas famílias a situações de vulnerabilidade econômica e social. Nesse contexto, torna-se imperativo o reconhecimento e o apoio a esses indivíduos por parte do Estado, como forma de promover a dignidade humana e a equidade social.

Baseado nesses motivos nossa propositura cria o Programa Auxílio Cuidar Mais que concede o auxílio financeiro de R\$ 1.000,00 destinado às pessoas legalmente responsáveis por pessoas com deficiência,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Apresentação: 27/02/2024 19:07:26.653 - Mesa

PL n.461/2024

reconhecendo a importância do papel que desempenham e buscando mitigar os impactos econômicos decorrentes de suas responsabilidades de cuidado. A assistência financeira visa oferecer um suporte direto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida tanto dos cuidadores quanto das pessoas com deficiência.

Além de promover a dignidade da pessoa humana e buscar reduzir as desigualdades sociais, nossa proposta visa estimular o acompanhamento saudável. O apoio financeiro pode facilitar o acesso a serviços de saúde e terapias necessárias, tanto para as pessoas com deficiência quanto para seus cuidadores, promovendo uma melhor qualidade de vida para ambos.

Além disso, o PL reconhece o cuidado como uma atividade de valor social. Ao instituir o Programa Auxílio Cuidar Mais, o Estado reconhece por meio de uma política pública o trabalho não remunerado dos cuidadores, valorizando sua contribuição para a sociedade.

A proposta baseia-se em evidências que demonstram os desafios enfrentados por cuidadores de pessoas com deficiência e na necessidade urgente de políticas públicas que endereçam essas questões. A implementação deste auxílio representa um passo importante em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o bem-estar de todos é valorizado e promovido.

Segundo levantamento da Secretaria da Receita Federal, Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro/2023¹ – as entidades financeiras recolheram aproximadamente R\$ 35 bilhões, a título de COFINS, no exercício de 2023.



* C D 2 4 8 7 3 3 8 6 3 4 9 0 0 *

¹ <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal/2023>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

ARRECADAÇÃO DA COFINS/PIS-PASEP POR DIVISÃO ECONÔMICA
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2023/2022
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2023 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

DIVISÃO ECONÔMICA (CNAE)	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/23 [A]	JAN-DEZ/22 [B]	[A]-[B]	[A]/[B]%
. FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	5.117	2.028	3.089	152,31
. ENTIDADES FINANCEIRAS	34.985	32.358	2.627	8,12
. COMÉRCIO VAREJISTA	25.040	23.598	1.442	6,11
. SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	7.823	6.442	1.381	21,43
. TRANSPORTE TERRESTRE	10.912	9.551	1.361	14,24
. FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	8.027	6.831	1.196	17,51
. FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	19.159	18.149	1.010	5,57
. TELECOMUNICAÇÕES	4.280	3.310	970	29,32
. FABRIC. DE PROD. FARMOQUÍMICOS E FARMACÉUTICOS	4.513	3.581	932	26,02
. ALUGUÉIS NÃO-IMOB., GESTÃO DE ATIVOS NÃO-FINANC.	3.798	3.075	723	23,52
SUBTOTAL [A]	123.654	108.924	14.730	13,52
DEMAIS [B]	312.079	316.612	(4.533)	(1,43)
TOTAL [C]=[A]+[B]	435.732	425.536	10.197	2,40

Para financiamento do Programa Auxílio Cuidar Mais, estamos propondo aumentar a COFINS paga pelas instituições financeiras de 4% para 5,5%. O aumento previsto em nossa proposta prevê a arrecadação de aproximadamente R\$ 13,5 bilhões para custear o auxílio, permitindo atender a mais de um milhão de pessoas.

Este Projeto de Lei é um apelo à responsabilidade social e à solidariedade. Está fundamentado nos princípios da justiça social, da igualdade e no compromisso do Estado brasileiro em garantir o bem-estar de todos os cidadãos, especialmente aqueles em situações de maior vulnerabilidade.

Sua aprovação é não apenas uma medida de apoio econômico, mas também um reconhecimento da importância do cuidado e da necessidade de proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência e de seus cuidadores.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2024.

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE

Apresentação: 27/02/2024 19:07:26.653 - Mesa

PL n.461/2024





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015-0706;13146
LEI N° 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993-1207;8742
LEI N° 9.718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-1127;9718
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constitucional:198810-05;1988
LEI N° 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003-0530;10684

PROJETO DE LEI N.º 847, DE 2024

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal aos responsáveis por pessoas com deficiência ou idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-461/2024.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

PROJETO DE LEI Nº DE 2024
(do Sr. Pompeo de Mattos)

Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal aos responsáveis por pessoas com deficiência ou idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e dá outras providências.

Apresentação: 19/03/2024 15:36:14.040 - Mesa

PL n.847/2024

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo garantir um salário mínimo mensal aos responsáveis por pessoas com deficiência ou idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, reconhecendo o trabalho dedicado de cuidado e a necessidade de suporte financeiro para assegurar o bem-estar e a qualidade de vida tanto dos beneficiários quanto de seus cuidadores principais.

Art. 2º Será garantido um salário mínimo mensal aos responsáveis que:

I - Tenham sob sua guarda pessoas com deficiência ou idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), conforme estabelecido pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

II - Comprovem dedicar-se integralmente aos cuidados dos beneficiários, impedindo-os de exercer atividades remuneradas fora do lar, em virtude da necessidade de cuidados constantes.

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704



* C D 2 4 9 5 3 6 5 7 8 6 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

Apresentação: 19/03/2024 15:36:14.040 - Mesa

PL n.847/2024

Art. 3º Para fins desta Lei, considera-se responsável a pessoa que exerce o papel de cuidador principal do beneficiário do BPC, independente de laços biológicos, incluindo, mas não limitado a, mães, pais, adotantes, tutores e guardiões legais.

Art. 4º O benefício financeiro previsto nesta Lei será concedido após análise e comprovação da situação de dedicação exclusiva aos cuidados do beneficiário do BPC, realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de documentação específica e, quando necessário, avaliação social.

Art. 5º O benefício financeiro previsto nesta Lei, destinado aos responsáveis por pessoas com deficiência ou por idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que sejam beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), terá sua concessão encerrada automaticamente com o falecimento do beneficiário do BPC.

Art. 6º Do valor do benefício financeiro garantido aos responsáveis por pessoas com deficiência ou idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), conforme estabelecido nesta Lei, será descontada uma contribuição obrigatória para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), destinada a garantir o direito à aposentadoria futura do responsável, quando cessar o benefício concedido por esta Lei.

§ 1º A alíquota e as condições da contribuição obrigatória serão definidas em regulamento, considerando a capacidade financeira do responsável e buscando não comprometer a sustentabilidade do benefício garantido por esta Lei.

§ 2º A contribuição para o INSS, conforme estabelecida neste artigo, será gerida de forma a assegurar que o responsável acumule os necessários períodos de contribuição para ter direito à aposentadoria, conforme as regras gerais da previdência social, promovendo a inclusão

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704



* C D 2 4 9 5 3 6 5 7 8 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

previdenciária desses indivíduos e garantindo sua segurança financeira no longo prazo.

§ 3º Este artigo visa assegurar a proteção social dos responsáveis ao longo de sua vida, reconhecendo a importância de prover não apenas suporte financeiro imediato, mas também garantias de segurança financeira futura, contribuindo para um sistema de assistência social mais justo e sustentável.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do exercício seguinte.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei busca ampliar o suporte e reconhecimento aos responsáveis que dedicam suas vidas ao cuidado de pessoas com deficiência ou idosos com 65 anos ou mais, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), visando garantir suporte financeiro aos responsáveis, em particular mães, que se dedicam ao cuidado de seus filhos com deficiência. Este grupo específico enfrenta desafios diários significativos, demandando uma atenção quase ou completamente exclusiva, o que implica uma dedicação que vai muito além das obrigações parentais comuns, adentrando o território de um compromisso integral e muitas vezes esgotante.

As mães de crianças e adultos com deficiência beneficiários do BPC frequentemente encontram-se em uma situação na qual a demanda por cuidados é tão abrangente que se torna inviável a inserção ou permanência no mercado de trabalho. Esta realidade não só impacta a dinâmica econômica da unidade familiar, mas também coloca essas mães em uma posição de vulnerabilidade financeira, exacerbando o risco de pobreza e exclusão social tanto para elas quanto para os seus dependentes.

Além disso, o cuidado dedicado a pessoas com deficiência, especialmente aquelas em condições de dependência severa ou total, exige

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

Apresentação: 19/03/2024 15:36:14.040 - Mesa

PL n.847/2024

não apenas um investimento temporal significativo, mas também um emocional e físico, muitas vezes sem o devido reconhecimento ou apoio. Este projeto de lei visa, portanto, fornecer um reconhecimento tangível desse trabalho, através de um auxílio financeiro que pode mitigar as pressões econômicas enfrentadas por estas famílias.

No que diz respeito aos idosos com 65 anos ou mais, também beneficiários do BPC, a situação é igualmente complexa. Muitos desses idosos encontram-se em condições de saúde que demandam cuidados integrais, incluindo, mas não limitado a, aqueles que estão acamados. Esta realidade impõe uma necessidade de assistência contínua que, semelhante ao cuidado de pessoas com deficiência, muitas vezes recai sobre um membro familiar que, ao assumir tais responsabilidades, é forçado a abandonar qualquer atividade remunerada.

Este projeto de lei, ao garantir um salário mínimo mensal aos responsáveis, procura não apenas aliviar o fardo financeiro dessas famílias, mas também valorizar o esforço despendido no cuidado de seus membros mais vulneráveis. A medida proposta reconhece o cuidado como uma atividade essencial que sustenta a dignidade e o bem-estar dos beneficiários do BPC, além de contribuir para a manutenção do tecido social.

A presente proposição estabelece, ainda, a obrigatoriedade de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por parte dos responsáveis que recebem o benefício proposto neste projeto de lei. Desta maneira, estamos não apenas reconhecendo o valor e a importância do trabalho de cuidado, mas também garantindo a estes responsáveis o direito à segurança financeira futura. Esta contribuição obrigatória assegura que, ao mesmo tempo em que os responsáveis estão sendo apoiados no presente por seu trabalho indispensável de cuidado, eles também estão construindo os alicerces para sua própria proteção na aposentadoria.

Defender esta medida é defender uma visão de longo prazo para a assistência social e a segurança previdenciária no Brasil. A medida reconhece a situação única dos cuidadores, muitas vezes relegados a um

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704



* CD 249536578600 * LexEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

Apresentação: 19/03/2024 15:36:14.040 - Mesa

PL n.847/2024

segundo plano no que diz respeito à sua própria segurança financeira e previdenciária, ao mesmo tempo em que contribuem imensamente para o bem-estar da sociedade cuidando dos mais vulneráveis. Essa contribuição ao INSS visa corrigir uma lacuna importante, garantindo que os responsáveis não apenas recebam apoio imediato, mas também tenham a oportunidade de contribuir para o seu futuro, promovendo um ciclo virtuoso de reconhecimento, apoio e segurança financeira tanto para o presente quanto para o futuro.

Por fim, é essencial que a legislação brasileira evolua para refletir as necessidades reais de suas populações mais vulneráveis. Através da implementação deste projeto de lei, o Brasil estaria dando um passo significativo em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o cuidado dedicado aos dependentes do BPC seja devidamente reconhecido e apoiado pelo Estado. Este projeto não apenas alivia as pressões econômicas sobre as famílias, mas também promove uma maior equidade social, assegurando que ninguém seja deixado para trás devido às exigências de um compromisso de cuidado que eles corajosamente empreendem.

Neste contexto, contamos com o apoio de nossos colegas congressistas para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, de março de 2024.

POMPEO DE MATTOS
Deputado Federal
PDT/RS

Gabinete 704, Anexo IV da Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF – CEP: 70160-900 • (61) 3215-5704 – 3215-2704



* C D 2 2 4 9 5 3 3 6 5 7 8 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI N° 8.742, DE 7 DE
DEZEMBRO DE 1993**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993-12-07;8742>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 461, DE 2024

Institui auxílio destinado à pessoa legalmente responsável por pessoa com deficiência que seja beneficiária de BPC.

Autor: Deputado EDUARDO DA FONTE

Relatora: Deputada DAYANY BITTENCOURT

1 - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 461, de 2024, proposto pelo Deputado Eduardo da Fonte, visa instituir o Programa Auxílio Cuidar Mais, que garantirá auxílio, no valor mensal de R\$ 1.000,00, destinado à pessoa legalmente responsável por pessoa com deficiência que seja beneficiária do benefício de prestação continuada – BPC, previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 .

O auxílio será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS e poderá ser acumulado com o BPC, com benefícios previdenciários de valor equivalente a um salário mínimo e com benefícios do Programa Bolsa Família. A cessação do benefício ocorrerá por ocasião do óbito da pessoa com deficiência que seja beneficiária do BPC.

Para financiar o Programa Auxílio Cuidar Mais, prevê-se a elevação, de 4% para 5,5%, da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins devida pelos bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 711 | CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5711/3711 | dep.dayanybittencourt@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251765732400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



* C D 2 5 1 7 6 5 7 3 2 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas (art. 18 da Lei nº 10.684, de 2003, com referência ao art. 3º, § 6º, da Lei nº 9.718, de 1998, combinado com o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991).

De acordo com a justificação da proposição principal, seu objetivo é promover a dignidade humana, reduzir as desigualdades sociais e reconhecer o papel crucial desempenhado pelos cuidadores no apoio às pessoas com deficiência.

Para o autor, o cuidado contínuo das pessoas com deficiência “impõe desafios significativos aos cuidadores, muitas vezes limitando suas oportunidades de emprego, educação e participação social”, afetando não apenas a saúde física e mental dos cuidadores, mas também conduzindo suas famílias a situações de vulnerabilidade econômica e social. Dessa forma, a assistência financeira proposta objetiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cuidadores e das pessoas com deficiência.

Apensado ao principal, o Projeto de Lei nº 847, de 2024, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, objetiva garantir um salário mínimo mensal aos responsáveis por pessoas com deficiência ou idosas com 65 anos ou mais, beneficiárias do BPC, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. A concessão do auxílio está vinculada à comprovação de guarda (por parte de mães, pais, adotantes, tutores e guardiões legais, entre outros), bem como dedicação integral aos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE



cuidados dos beneficiários e será cessada automaticamente em caso de falecimento do beneficiário do BPC. A proposta prevê que deverá ser descontada, no benefício financeiro, contribuição obrigatória para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a fim de garantir o direito à aposentadoria do cuidador, com alíquota e condições definidas em regulamento, considerando a capacidade financeira do responsável, sem comprometer a sustentabilidade do benefício.

O objetivo da proposição apensada é “ampliar o suporte e reconhecimento aos responsáveis que dedicam suas vidas ao cuidado de pessoas com deficiência ou idosos com 65 anos ou mais, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), visando garantir suporte financeiro aos responsáveis, em particular mães, que se dedicam ao cuidado de seus filhos com deficiência”, em face de seus desafios diárias significativas, considerando a dedicação empregada no cuidado das pessoas idosas e com deficiência titulares do BPC, “que vai muito além das obrigações parentais comuns, adentrando o território de um compromisso integral e muitas vezes esgotante.”

As proposições tramitam em regime ordinário (art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e estão sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas às proposições nesta Comissão.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Apresentação: 22/04/2025 15:57:41.067 - CPD
PRL 1 CPD => PL 461/2024

PRL n.1

2 - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 461, de 2024, objetiva garantir auxílio, no valor mensal de R\$ 1.000,00, à pessoa legalmente responsável por pessoa com deficiência que seja beneficiária do benefício de prestação continuada – BPC.

Apensado ao principal, o Projeto de Lei nº 847, de 2024, objetiva garantir um salário mínimo mensal aos responsáveis por pessoas com deficiência ou pessoas idosas com 65 anos ou mais, beneficiárias do BPC, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, desde que comprovem dedicação integral aos cuidados dos beneficiários.

A garantia constitucional de uma renda de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e à pessoa idosa que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, que assegurou esse benefício às pessoas idosas com 65 anos ou mais ou com deficiência com renda familiar per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo mensal, limite que pode ser ampliado para até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo mensal.

Vale ressaltar que, desde a promulgação da Loas, em 1993, até, pelo menos, o ano de 2020, o critério de acesso ao BPC era fixado em uma renda familiar mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo. A Lei nº 13.981, de 23 de março de 2020, buscou aumentar esse limite para $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo per capita. No entanto, em razão de decisão judicial proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 662, foi suspensa a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

eficácia do dispositivo, pois não foram obedecidos os requisitos previstos no art. 195, § 5º, da Constituição, no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos arts. 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, no art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que preconizam a necessidade de apresentação de estimativa do impacto orçamentário e financeiro e a indicação de fonte de custeio para a criação ou extensão de benefício da seguridade social.

Posteriormente, foi aprovada a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que fixou o critério de renda para acesso ao BPC a ser observado no ano de 2020. O dispositivo que trataria da regra permanente foi vetado. Assim, para suprir o vácuo legislativo deixado pelo veto, foi apresentada a Medida Provisória nº 1.023, de 2020, convertida na Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021, que, apesar de manter o critério de renda familiar mensal per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, permitiu a sua ampliação para até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo per capita, na forma de escalas graduais, que levam em conta, entre outros fatores, o grau da deficiência e a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária.

Na Loas, existe, ainda, a previsão de exclusão de benefício previdenciário ou de prestação continuada da assistência social no valor de até um salário mínimo recebido por pessoa idosa ou com deficiência do mesmo grupo familiar (§ 14 do art. 20 da Loas); e que seja considerado, para elevação do limite de renda, o comprometimento do orçamento do núcleo familiar com os denominados gastos catastróficos, tais como tratamentos de saúde,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

médicos, fraldas, alimentos especiais e medicamentos, que impactam o nível de renda da família (art. 20-B, III e § 4º, da Loas).

Observa-se, portanto, que o Congresso Nacional tem se atentado a adaptar a legislação do BPC às peculiaridades de cada família das pessoas com deficiência e idosas, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade.

Além disso, a concessão de um benefício aos responsáveis por prestar cuidados às pessoas com deficiência titulares do BPC poderá, em nosso entendimento, gerar distorções no sistema de seguridade social, entre a assistência social e a previdência social.

No Regime Geral de Previdência Social, está prevista a concessão de um acréscimo de 25% ao valor da aposentadoria por incapacidade permanente, para o segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa (art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).

Caso um segurado do RGPS que receba uma remuneração de um salário mínimo – realidade de grande parte dos trabalhadores brasileiros – venha a sofrer um acidente que gere incapacidade total e permanente para o trabalho, e necessite de assistência permanente de terceiros, receberá cerca de R\$ 1.897,50. Se essa mesma pessoa se acidentar, sem ter contribuído previamente para a previdência social, e vierem a ser reconhecidas sua deficiência e renda familiar abaixo do limite legal, o valor total recebido pela família, considerando o benefício de prestação continuada e o benefício concedido a seu cuidador, será superior, chegando a R\$ 2.518,00 ou R\$ 3.036,00, no caso de aprovação, respectivamente, do Projeto principal ou de seu apensado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Ainda que se leve em consideração o valor médio de benefícios previdenciários pagos pelo INSS¹, que é de R\$ 1.786,19, o valor total recebido por aqueles que contribuíram para a previdência, quando considerado o adicional de 25%, atualmente previsto em lei, seria de R\$ 2.232,74, ainda inferior àquele proposto pelos Projetos, para serem recebidos da assistência social. Ressalte-se que essas regras promoveriam uma proteção social mais robusta, ao menos nas hipóteses citadas, na assistência social, que é um sistema não contributivo, em detrimento da previdência social, a qual requer contribuições mensais dos segurados, majoritariamente provenientes da renda do trabalho.

Ressalte-se, ainda, que, embora reconheçamos que o valor de um salário mínimo do benefício de prestação continuada mereça ser elevado, esse patamar foi definido pela própria Constituição como aquele necessário para suprir as necessidades fundamentais das famílias. E, de fato, ao vincular o BPC ao salário mínimo, este “contribui significativamente para a redução da pobreza e das desigualdades econômicas, como demonstrado por diversos estudos e pesquisas.”²

Isso não significa dizer que o salário mínimo não deva ser reajustado para aumentar o poder de compra daquelas famílias que dele dependem. Pelo contrário, a Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, estabeleceu a política de valorização permanente do salário mínimo, que vigora desde 1º de janeiro de 2024, e garante não

¹ BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Boletim Estatístico da Previdência Social**, dez. 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/Dados-estatisticos-previdencia-social-e-inss/boletins-da-previdencia-social> Acesso em: 9 abr. 2025.

² IPEA. **ANÁLISES SITUACIONAIS E RETROSPECTIVAS: O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA, 2025.** Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16706>>. Acesso em: 9 abril 2025.



* C D 2 5 1 7 6 5 7 3 2 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

apenas a correção do poder de compra, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mas também ganhos reais, mediante a inclusão, nos reajustes anuais, da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB do segundo ano anterior ao da fixação do valor do salário mínimo. Ainda que a Lei nº 15.077, de 2024, tenha limitado o reajuste, para o período de 2025 a 2030, ao índice apurado nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023 (Novo Arcabouço Fiscal), ainda está mantida a garantia de ganhos reais ao benefício, que podem variar de 0,6% a 2,5%.³

Dessa forma, paulatinamente, espera-se que o salário mínimo possa, de fato, aproximar-se da previsão constitucional de atender às “necessidades vitais básicas” do beneficiário, inclusive pessoas com deficiência, e de sua família (CF, art. 7º, IV).

Portanto, para que a proposição possa prosperar apresentamos um Substitutivo com o objetivo de aprimorar o texto. **Primeiramente**, promoveu-se a revisão do texto em estrita observância às diretrizes da Lei Complementar nº 95/1998, que disciplina a técnica legislativa. Essa adequação não se limita à mera formalidade, mas visa garantir clareza, coerência e sistemicidade ao dispositivo legal, evitando antinomias e facilitando sua aplicação pelos operadores do direito. A técnica legislativa adequada é pressuposto para a efetividade da norma, pois reduz ambiguidades e futuros questionamentos judiciais.

³ RÁDIO SENADO. **Governo reajusta salário mínimo com novo limite de ganho real**, 2 jan. 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/01/02/governo-reajusta-salario-minimo-com-novo-limite-de-ganho-real#:~:text=Ao%20manter%20a%20corre%C3%A7%C3%A3o%20anual,%25%20A%20202%2C5%25.&text=O%20SAL%C3%81RIO%20M%C3%8CDO%20DE%202025,QUE%20O%20PAGO%20EM%202024..> Acesso em: 9 abr. 2025.



* C D 2 5 1 7 6 5 7 3 2 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Em segundo lugar, a fixação do benefício em 25% do valor do BPC não é arbitrária, mas decorre de critério já consolidado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O art. 45 da Lei nº 8.213/1991 prevê acréscimo idêntico para aposentadorias por invalidez quando há necessidade de assistência permanente, demonstrando que esse percentual é economicamente sustentável e tecnicamente justificado. Além disso, essa equivalência mantém a rationalidade do sistema, pois evita distorções entre benefícios previdenciários e assistenciais, preservando os incentivos à contribuição sem onerar indevidamente os cofres públicos.

Ademais, a definição precisa do termo "pessoa legalmente responsável" como aquela que exerce cuidados permanentes e indispensáveis à PCD, sob regulamentação específica, atende a um duplo objetivo: (i) conferir segurança jurídica aos beneficiários legítimos, afastando interpretações subjetivas; e (ii) coibir fraudes, já que a exigência de comprovação e os critérios regulamentares funcionarão como filtros objetivos. Essa preocupação é essencial em políticas públicas de transferência de renda, nas quais a falta de delimitação clara pode gerar both desperdício de recursos e judicialização excessiva.

A supressão do antigo art. 5º, renumerando-se os demais, justifica-se por uma questão de técnica normativa e separação de poderes. Ao estabelecer obrigações diretas ao Poder Executivo sem espaço para discricionariedade administrativa, o texto original feriria o princípio da independência harmônica entre os poderes (CF, art. 2º).

Por fim, as modificações incorporadas ao Programa Auxílio Cuidar Mais resultam de uma análise dentro das competências da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, previstas nos termos do art. 32, XXIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Apresentação: 22/04/2025 15:57:41.067 - CPD
PRL 1 CPD => PL 461/2024

PRL n.1

2.1 – CONCLUSÃO DO VOTO

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 461, de 2024, e de seu apensado, o Projeto de Lei nº 847, de 2024, na forma do Substitutivo em anexo.

Salas das Comissões, em 22 de abril de 2025.


Deputada **DAYANY BITTENCOURT**
Relatora



* C D 2 5 1 7 6 5 7 3 2 4 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 461, DE 2024 E Nº 847, DE 2024

Instituir o Programa Auxílio Cuidar Mais, destinado ao apoio financeiro de cuidadores de pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Auxílio Cuidar Mais, destinado ao apoio financeiro de cuidadores de pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Art. 2º O Programa terá como beneficiário a pessoa legalmente responsável por pessoa com deficiência (PcD) que seja titular do Benefício de Prestação Continuada (BPC), nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

Parágrafo único. Considera-se pessoa legalmente responsável, para os fins desta Lei, aquela que comprovadamente exerce, de forma permanente e ininterrupta, os cuidados indispensáveis à subsistência e ao bem-estar da PcD, conforme critérios definidos em regulamento.

Art. 3º O valor do benefício corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal do Benefício de Prestação Continuada (BPC) vigente à época do pagamento.

§ 1º O direito ao recebimento do auxílio cessará com o óbito da pessoa com deficiência (PcD).

§ 2º a pessoa legalmente responsável pela pessoa com deficiência poderá acumular o auxílio previsto nesta Lei com o recebimento



* C D 2 5 1 7 6 5 7 3 2 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

de outros benefícios previdenciários e assistenciais, desde que o benefício previamente auferido seja equivalente ao valor de um salário mínimo.

Art. 4º Para financiar o Programa Auxílio Cuidar Mais, o art. 18 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

*"Art. 18. Fica elevada para **cinco e meio por cento** a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS devida pelas pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998." (NR)*

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao do termo final do prazo nonagesimal, a que refere o § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

Salas das Comissões, em 22 de abril de 2025.

Deputada **DAYANY BITTENCOURT**
Relatora



* C D 2 2 5 1 7 6 5 7 3 2 4 0 0 *



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Apresentação: 22/05/2025 11:51:12.614 - CPD
PAR 1 CPD => PL 461/2024
DAP n 1

PROJETO DE LEI Nº 461, DE 2024

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 461/2024 e do PL 847 /2024, apensado, com substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Dayany Bittencourt.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Duarte Jr. - Presidente, Silvia Cristina - Vice-Presidente, Acácio Favacho, Daniela Reinehr, Dayany Bittencourt, Dr. Francisco, Max Lemos, Paulo Alexandre Barbosa, Paulo Freire Costa, Sargento Portugal, Thiago Flores, Weliton Prado, Zé Haroldo Cathedral, Danilo Forte, Erika Kokay, Felipe Becari, Geraldo Resende, Gilberto Nascimento, Katia Dias, Leo Prates, Rubens Otoni, Sonize Barbosa e Talíria Petrone.

Sala da Comissão, em 20 de maio de 2025.

Deputado DUARTE JR.
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Apresentação: 22/05/2025 11:51:28.914 - CPD
SBT-A 1 CPD => PL 461/2024

SBT-A n.1

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº
461, DE 2024**

Apensado: PL nº 847/2024

Instituir o Programa Auxílio Cuidar Mais, destinado ao apoio financeiro de cuidadores de pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Auxílio Cuidar Mais, destinado ao apoio financeiro de cuidadores de pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Art. 2º O Programa terá como beneficiário a pessoa legalmente responsável por pessoa com deficiência (PcD) que seja titular do Benefício de Prestação Continuada (BPC), nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

Parágrafo único. Considera-se pessoa legalmente responsável, para os fins desta Lei, aquela que comprovadamente exerce, de forma permanente e ininterrupta, os cuidados indispensáveis à subsistência e ao bem-estar da PcD, conforme critérios definidos em regulamento.

Art. 3º O valor do benefício corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal do Benefício de Prestação Continuada (BPC) vigente à época do pagamento.

§ 1º O direito ao recebimento do auxílio cessará com o óbito da pessoa com deficiência (PcD).

§ 2º a pessoa legalmente responsável pela pessoa com deficiência poderá acumular o auxílio previsto nesta Lei com o recebimento de outros



benefícios previdenciários e assistenciais, desde que o benefício previamente auferido seja equivalente ao valor de um salário mínimo.

Art. 4º Para financiar o Programa Auxílio Cuidar Mais, o art. 18 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

*"Art. 18. Fica elevada para **cinco e meio por cento** a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS devida pelas pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998." (NR)*

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do mês subsequente ao do termo final do prazo nonagesimal, a que refere o § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em 20 de maio de 2025.

Deputado **DUARTE JR.**
Presidente



* C D 2 2 5 1 1 5 4 9 5 3 5 0 0 *

FIM DO DOCUMENTO